ERA DA INTOLERÂNCIA
Trump afaga a violência neonazista em Charlottesville.
Barcelona chora os mortos de outro atentado terrorista
veja
MARCIO LEANDRO DO NASCIMENTO MARINS
★ 14-08-1971 ✝ 14-02-2017
THIAGO DE OLIVEIRA LANCE
★ 08-08-1985 ✝ 23-02-2017
2 631
A DOR DE UMA MARCA TRÁGICA
Quem são os rostos por trás da carnificina que, só neste ano, matou quase 100 policiais militares no Rio — número sem paralelo no Brasil ou no mundo

Como matar meu chefe

Antonio Palocci contou ao MP que o ex-presidente Lula recebia um mensalinho de duas empresas. Paia fecharem o acordo de delação, os procuradores agora querem mais detalhes sobre os pagamentos. Palocci ainda não os deu.

Fantasmas do passado

Palocci prometeu também relatar bastidores do sepultamento da Operação Castelo de Areia, que foi anulada pelo STJ em 2011.

Diga que não estou

A possível delação de Eduardo Cunha deixou em pânico a Câmara. Deputados vem procurando Danielle, filha do peemedebista, para saber se serão citados. A moça tem evitado todos os pedidos de encontro e ligações.

Depois das flechas

Assim que passar a caneta a Raquel Dodge, Rodrigo Janot vai descansar por quarenta dias, com direito a viagem ao exterior. A Alemanha está no roteiro.

Barata voa

O empresário Jacob Barata Filho decidiu fazer sua delação premiada. O rei dos ônibus do Rio promete entregar vários deputados federais e, lógico, o onipresente Sérgio Cabral.

Ninho dividido

Depois do racha do partido na votação da denúncia contra Temer, Aécio Neves e Tasso Jereissati estiveram com o presidente para deixado à vontade se quisesse reaver os ministérios do PSDB. Cada um desejava ouvir uma resposta diferente.

Juntos, finalmente

Paulinho da Força mandou um recado a Lula: se ele for candidato a presidente, o sindicalista vai apoiá-lo. Será a primeira vez em que ambos estarão do mesmo lado numa campanha.

Um poste no caminho

Lula, por sinal, revelou todo o seu trauma em relação a Dilma Rousseff. Em conversa com Gleisi Hoffmann, depois que ela assumiu o comando do PT, ele disse: "Ouço que você não é o primeiro poste que escolho. Espero não me arrepender tanto quanto do primeiro".

As aparências enganam

Geraldo Alckmin ignorou João Doria por 24 horas, na véspera da gravação do vídeo em que mostravam união. Irritado, o governador só atendeu o prefeito pela insistência de suas ligações.

Palavra de amigo

Aécio Neves não anda recebendo elogios nem de seu maior aliado. Antonio Anastasia tem dito que o amigo demorou a desencarnar da presidência do PSDB e que deveria estar submerso.

Sem futuro

Cresce a insatisfação de Gilberto Kassab com Juarez Quadros. O ministro não gostou da atuação do presidente da Anatel na votação da denúncia contra Temer.

Atrás do nada consta

A Camargo Corrêa é a empreiteira mais adiantada para fechar um acordo de leniência no TCU.

Tratamento vip

A Rede D"Or vai construir mais dois hospitais de luxo com a bandeira Copa Star. Um em São Paulo, ainda enrolado na prefeitura, e o outro em Brasília.

Que exagero

A prefeitura de Mangaratiba, no Rio, autuou a MRS Logística por questões ambientais. Valor da multa: 3 trilhões de reais. Isso mesmo. Trilhões.

veja on-line | 23/08/17 | EDITORIAL

A lição americana

Os Estados Unidos, sendo a potência inigualável que são, costumam ser vistos como um exemplo a seguir. A pujança econômica, o imbatível poderio militar e a notável experiência democrática despertam respeito e fazem do país talvez o mais admirado do planeta. Desde que o presidente Donald Trump chegou à Casa Branca, em janeiro deste ano, o cenário começou a mudar. Os EUA passaram a ser vistos com desconfiança e reserva, dado o histrionismo do eleito. Na semana passada, a situação atingiu um ponto crítico, depois que Trump se mostrou tolerante com a violência neonazista promovida por grupos de supremacistas brancos no Sul do país. Ficou claro que os Estados Unidos estão oferecendo mais um exemplo ao mundo — mas, desta vez, um exemplo a ser evitado.

No pleito presidencial, Donald Trump teve menos votos dos eleitores do que sua adversária Hillary Clinton, mas beneficiou-se das regras bizantinas do sistema americano e acabou sendo eleito. Üs americanos, embora não em sua maioria, pareciam satisfeitos com o resultado das urnas: queriam alguém de fora da política, sem os "velhos vícios de Washington", com visões inovadoras que incomodavam o centro de equilíbrio político e prenunciavam uma era de saudáveis transformações. Agora, o país está experimentando dificuldade para conter, dentro dos limites da sensatez, um presidente de inclinações radicais, posições extremistas e discurso insidioso.

Como democracia sólida, os Estados Unidos têm instituições fortes e estáveis, a começar pelo Congresso, que sempre serviu como dique poderoso para conter os devaneios presidenciais. Mesmo assim, Trump tem conseguido infligir um estrago monumental ao país e à sua imagem. "A

América agora é uma nação perigosa", chegou a escrever, na semana passada, um articulista do Financiai Times, ao lembrar a troca de provocações nucleares com a Coreia do Norte, as ameaças militares contra a Venezuela e o recente namoro infame com os neonazistas de Charlottesville.

É uma lição relevante para países como o Brasil, cujas instituições parecem eternamente em construção e, portanto, ainda carecem da força estabilizadora capaz de conter excessos de um presidente. A renovação na política brasileira é uma exigência dos tempos atuais. Tornou-se uma necessidade gritante depois que veio à luz toda a podridão de Brasília, que não escolhe partidos nem ideologias. Mas é fundamental compreender que as transformações urgentes não podem ser feitas à custa do equilíbrio e da sensatez, atributos inviáveis sob o comando de aventureiros, extremistas, radicais — de qualquer partido, qualquer ideologia. Hoje, essa é a melhor lição americana.

veja on-line | 23/08/17 | BRASIL

A reforma de fancaria

BLINDAGEM Desde o início da reforma, deputados buscam medidas para se proteger da Lava-Jato

Sob o pretexto de melhorar a prática política, deputados tentam aprovar mudanças cujo objetivo é um só: facilitar a própria reeleição

Marcela Mattos e Robson Bonin

A promessa era de moralização. Os parlamentares aprovariam uma reforma política destinada a promover uma faxina partidária, reduzir o custo das campanhas e aproximar os representantes dos representados. Como de costume, a motivação propalada era nobre: acabar com as brechas que fomentam a troca de favores, o fisiologismo e a corrupção. Como de costume, a realidade mostrou-se outra: os parlamentares estão prestes a aprovar uma proposta que, ao fim e ao cabo, atenderá a dois propósitos: facilitar-lhes a reeleição e garantir-lhes os recursos necessários para bancar as próprias campanhas — recursos que, até segunda ordem, sairão dos esvaziados cofres públicos.

Nesta semana, a Câmara deve votar a primeira parte da reforma política, que trata do sistema de escolha de deputados e vereadores e do modelo de financiamento do processo eleitoral. A prioridade dos deputados é definir uma nova fonte de verbas. Pelas regras atuais, os candidatos podem ser financiados por pessoas físicas e pelo fundo partidário, de 819 milhões de reais neste ano. Os parlamentares afirmam que apenas essas fontes são insuficientes e defendem a criação de um fundo de 8,6 bilhões de reais, cujos recursos sairiam do Orçamento da União. A péssima repercussão da proposta forçou os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB), a tentar costurar alternativas para substituí-la.

Maia defende a volta do financiamento privado, como se não fosse a fonte dos maiores escândalos nacionais. Ele quer limites bem definidos, supondo que isso possa evitar uma nova derrama de dinheiro (e as inevitáveis exigências de contrapartida) das empresas para os partidos. Maia tem o apoio do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes. "Se as campanhas continuarem caras, certamente vai entrar dinheiro de outros lugares. Para as próximas eleições, muito provavelmente teremos fundo público, doação de pessoas físicas e caixa dois", disse Mendes a VEJA.

Eunício, no entanto, resiste ao financiamento privado. Em público, alega que as campanhas podem ser custeadas com as emendas parlamentares e o fundo partidário, sem a necessidade de retirar mais 3,6

bilhões de reais dos cofres públicos. No privado, argumenta que, com a Lava-Jato nas ruas, nenhuma grande empresa vai se dispor a doar dinheiro aos políticos. A volta do financiamento empresarial, portanto, seria inócua.

Já a definição sobre o modelo de escolha de deputados e vereadores preocupa bem menos os parlamentares. A substituição do sistema proporcional, hoje em vigor, pelo modelo do chamado "distritão" é uma das ideias em pauta. Deputados que defendem o modelo, muitos deles investigados na Lava-Jato, levam em conta o fato de que ele facilita a reeleição de quem já tem mandato.

No distritão, elegem-se os deputados e vereadores mais votados individualmente. Leva vantagem, portanto, quem é mais conhecido. Os defensores da proposta alegam que ela evita o "efeito Tiririca", que ocorre quando um "puxador de votos" acaba por assegurar a eleição de colegas de partido com votação ínfima. Essa vantagem do modelo, porém, é largamente superada por suas desvantagens. Ao favorecer a eleição de nomes conhecidos, categoria que inclui de velhos políticos e políticos com mandato a celebridades instantâneas, o sistema impede a renovação do Parlamento, estimula a perpetuação de oligarquias e dificulta a representação das minorias. Para os partidos, há uma dificuldade adicional: eles terão de pedir aos eleitores que não depositem todos os votos no nome mais aclamado da sigla, sob pena de deixarem de fora correligionários que não figuram entre os mais votados.

Numa conversa com Rodrigo Maia, Eunício Oliveira disse que só pautará o distritão se a Câmara aprovar outras medidas destinadas a moralizar o sistema político, como a cláusula de barreira. Tal qual Maia, Eunício é investigado pela Lava-Jato. Mesmo assim, não quer aparecer como padrinho do distritão, cuja função última e principal não é meramente favorecer reeleições, mas evitar a perda do foro privilegiado — ao menos no caso de políticos enroscados no petrolão.

Na sexta-feira passada, por exemplo, o juiz Sergio Moro determinou a prisão temporária de Cândido Vaccarezza, ex-líder dos governos Lula e Dilma na Câmara, acusado de embolsar propina desviada da Petrobras. Descontadas raras exceções, a Lava-Jato só puniu até agora políticos que, como Vaccarezza, ficaram sem mandato. O que, a esta altura, parece um péssimo negócio.

O QUE PODE MUDAR

Os principais pontos da reforma política que serão votados na terça-feira

ELEIÇÃO PARA DEPUTADOS E VEREADORES

COMO FUNCIONA HOJE

O sistema é proporcional. São eleitos candidatos de partidos ou coligações que atingem um montante mínimo de votos, o chamado quociente eleitoral. A quantidade de vagas que cabe às siglas é definida com a divisão do número de votos válidos pelo número de cadeiras disponíveis

PROPOSTA DEFENDIDA NO RELATÓRIO

O **"distritão"** estabelece que serão eleitos os candidatos mais votados

Vantagens do distritão:

acaba com o chamado "efeito Tiririca", que ocorre quando um puxador de votos garante a eleição de colegas de partido com pouca votação

Desvantagens do distritão:

favorece a reeleição de caciques, dificulta a renovação da política e a representação de minorias, além de facilitar a vitória de nomes conhecidos, não necessariamente por seus méritos

PROPOSTA DISCUTIDA NOS BASTIDORES

O **"semidistritão"** é visto como um meio-termo entre o sistema proporcional e o distritão. O eleitor poderia votar no candidato ou no partido. No segundo caso, os votos seriam distribuídos entre os candidatos da sigla, que elegeria os primeiros colocados

FINANCIAMENTO

COMO FUNCIONA HOJE

As campanhas são custeadas com doações de pessoas físicas (o limite é de até 10% da renda do doador no ano anterior à eleição), recursos dos caixas dos partidos e verba do fundo partidário, que é de R$ 819 milhões neste ano. Doações empresariais são proibidas por decisão do Supremo Tribunal Federal

PROPOSTA DEFENDIDA NO RELATÓRIO

Além das fontes de financiamento já existentes, cria-se um fundo com recursos públicos para abastecer as campanhas, dotado de **3,6 bilhões de reais.** Tramita ainda na comissão especial da Câmara proposta de mudança nas regras para doação de pessoas físicas que, na prática, estabelece como teto de contribuição dez salários mínimos para cada cargo disputado

PROPOSTA DISCUTIDA NOS BASTIDORES

São duas as alternativas: retomar o financiamento privado ou remanejar recursos já existentes, como o fundo partidário e as emendas parlamentares, para custear as campanhas

veja on-line | 23/08/17 | DORA KRAMER

Federação de casuísmos

A reforma política é mistura de alhos, bugalhos e outros galhos

Um poder legislativo que não faz o mínimo, estabelecendo regras para organizar a barafunda reinante no ambiente partidário nacional e cuja representatividade é renegada por 94% dos consultados em recente pesquisa de opinião, não está apto a se propor a fazer o máximo, falando em alterar o sistema de governo de presidencialista para parlamentarista.

Antes de pensar em parlamentarismo, conviria ao bom-senso que suas excelências parassem de tratar um assunto sério como a reforma política com a leviana convicção de que quaisquer remendos adaptados às causas próprias e conveniências de ocasião serão bem-vistos como atos de reformulação.

O repúdio, a indiferença e o distanciamento em relação a essa atividade essencial à democracia são primos-irmãos da ignorância. Nesse desconhecimento reside a vantagem dos políticos de intenções ocultas. Quanto menos gente entender dos meios e modos da política, mais livres para atuar estarão os praticantes dos meios ilícitos e os iniciados nos péssimos modos, seguidores de uma seita apodrecida que sobrevive como um zumbi de resultados.

O primeiro passo na direção correta seria um diagnóstico preciso sobre os defeitos existentes e as necessidades de mudanças referidos no interesse do público. O segundo, uma campanha de esclarecimento a respeito do significado de cada item. Quantas pessoas hoje saberiam dizer exatamente o que significam os sistemas presidencialista e parlamentarista, distinguindo respectivos prós e contras?

A desinformação campeia. Nos últimos vinte anos houve uma quantidade enorme de propostas. Umas aprovadas, outras rejeitadas, algumas revogadas, várias delas requentadas, todas pautadas pelo interesse ocasional, o que faz desse conjunto uma federação de casuísmos sem significado realmente reformista.

Nas últimas duas décadas o Congresso propôs piso mínimo de votos para o funcionamento dos partidos e seu acesso a recursos públicos, fim da reeleição, mudança do sistema de votação para deputados, regras para doações eleitorais, extinção do cargo de vice-presidente, veto a coligações partidárias em eleições proporcionais: uma salada mista de alhos, bugalhos e outros galhos irrelevantes no tocante à necessária recuperação da credibilidade no sistema representativo.

Não obstante a clareza desse quadro, o Congresso se dá ao desplante de propor à sociedade a criação de um financiamento de campanhas eleitorais no valor de 3,6 bilhões de reais, aos quais seriam acrescentados 820 milhões já destinados ao fundo partidário mais os cerca de 600 milhões decorrentes do desconto de impostos das emissoras de rádio e TV pela cessão do horário eleitoral. Dinheiro superior ao orçamento da maioria das capitais brasileiras.

Algo tão insustentável na sociedade que os deputados "aceitam" um "recuo", aprovando a volta do financiamento de campanhas mediante doações de empresas, um foco de corrupção comprovado pela Lava-Jato. Em 2013 a reação popular não foi pelos 20 centavos de aumento nas passagens dos transportes públicos, mas pela falta de respeito que suas excelências continuam dedicando ao público.

veja on-line | 23/08/17 | BRASIL

De cúmplices a rivais

Na corrida peia delação, Eduardo Cunha, por enquanto, está atrás do doleiro Lúcio Funaro, seu antigo parceiro de negociatas

Thiago Bronzatto

O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha e o doleiro Lúcio Funaro mantinham uma notória relação de simbiose. A missão de Cunha, o chefe, era galgar degraus na hierarquia do poder, ganhar prestígio e conquistar o direito de indicar afilhados para cargos na administração. Funaro, seu operador, era encarregado de azeitar a engrenagem de cobrança de propina de empresários interessados em recursos públicos. Durante quase duas décadas, a parceria foi um sucesso. Cunha e Funaro embolsaram dinheiro sujo desviado de fontes diversas, da Caixa Econômica Federal à Petrobras. Foi assim até a Operação Lava-Jato. Presos desde o ano passado, chefe e operador se distanciaram e, agora, duelam pelo direito de fechar um acordo de delação. Nas negociações com a Procuradoria-Geral da República (PGR), os dois prometem coisas parecidas, como acusar o presidente Michel Temer de comandar a coleta de propina feita por peemedebistas. Até por isso, os procuradores trabalham com a perspectiva de selar acordo com apenas um deles, e não com os dois.

Nessa corrida, o doleiro encontra-se em vantagem. "Funaro já está com a cabeça de delator, enquanto Cunha apresentou temas interessantes, mas insuficientes para o avanço das investigações", afirma um integrante da Lava-Jato. Antes de ser preso, Funaro dizia que ele e Cunha eram capazes de derrubar Temer "em cinco minutos". Funaro trabalhou para a JBS, cujos donos declararam ter repassado milhões de reais em propina a próceres do PMDB — entre eles, pessoas da confiança de Temer. Ele também é considerado peça-chave na investigação que tenta descobrir a identidade dos beneficiários finais dos 10 milhões de reais dados pela Odebrecht a peemedebistas a pedido do presidente da República. Na última semana, ao deixar uma audiência, o doleiro fez pressão pelo fechamento da delação ao afirmar que ainda tem o que entregar sobre Temer.

Em entrevista a VEJA, em março de 2017, Funaro declarou ter se reunido pessoalmente com o presidente, que nega conhecê-lo. Com a delação, essa história poderá ser esclarecida. Funaro demonstra disposição para fulminar ainda figurões do PMDB como o ex-ministro Geddel Vieira Lima e o ministro Moreira Franco. Na semana passada, Geddel, que chefiava a Secretaria de Governo de Temer, foi denunciado pela PGR por tentar impedir a delação do doleiro. Diante do avanço das tratativas com Funaro, investigadores resolveram emparedar Cunha, declarando suspensa a negociação de seu acordo. Para recuperar terreno, ele apresentou novos capítulos sobre esquemas de corrupção e ofereceu-se para se reunir com os procuradores e relatar de viva voz as revelações que pretende fazer. O que o prejudica é sua fama de mentiroso contumaz.

Nos últimos anos, Cunha atuou como arrecadador informal do PMDB. Disse ter obtido doações da Odebrecht para a campanha de Gabriel Chalita à prefeitura de São Paulo e a de Henrique Alves, hoje preso, ao governo do Rio Grande do Norte. Ambas tinham como padrinho o presidente Temer. Cunha e Funaro correm contra o tempo. Rodrigo Janot não quer encerrar seu mandato na PGR, em setembro, sem antes denunciar Temer por obstrução de Justiça e organização criminosa.

CHEFE E OPERADOR O ex-deputado Eduardo Cunha (1) e o doleiro Lúcio Funaro (2): a parceria no porão do PMDB funcionou durante quase duas décadas

CHEFE E OPERADOR O ex-deputado Eduardo Cunha (1) e o doleiro Lúcio Funaro (2): a parceria no porão do PMDB funcionou durante quase duas décadas

veja on-line | 23/08/17 | BRASIL

O que ninguém fez

Programa tucano faz autocrítica inédita sobre vícios de sistema político - e amplia o racha interno

Ana Clara Costa

"O PSDB ERROU." "Aceitamos como natural o fisiologismo." "Erramos ao ceder ao jogo da velha política." Com frases assim, o PSDB levou ao ar na noite de quinta-feira um programa inédito na política brasileira. Idealizado pelo senador Tasso Jereissati — que ocupa o lugar de Aécio Neves na presidência desde que o mineiro foi flagrado achacando o empresário Joesley Batista —, o mea-culpa tucano surpreendeu. E não só pela contundência, mas por ter sido a primeira iniciativa do gênero num país em que o que não faltou na história recente foi demanda por autocrítica partidária. O PT passou ao largo dela no mensalão, no petrolão e até depois que o governo Dilma atirou o Brasil na maior recessão já vista. Da ex-presidente, o máximo que se ouviu foi um vago "posso ter errado". Já cardeais do PMDB de Michel Temer, sempre que podem, usam inserções na TV para dizer que todos erraram — petistas, procuradores, delatores —, menos eles.

Muitos tucanos detestaram o vídeo e reclamaram que Jereissati não consultou o partido antes de dizer que todos erraram. De fato, o senador limitou-se a ouvir tucanos graúdos antes de apertar o play. Fernando Henrique Cardoso sugeriu mudanças aqui e ali. Aécio Neves viu e não gostou, pois vestiu a carapuça. Mas veio de três ministros tucanos de Temer — Aloysio Nunes, Antonio Imbassahy e Bruno Araújo — a crítica mais pesada contra o senador. O chanceler disse que o vídeo era um "tiro no pé". O secretário de Governo afirmou que ele "ofende fortemente o partido", e o ministro das Cidades considerou-o "injusto" com a história da sigla. Jereissati tem levado os disparos sozinho, mas diz a aliados que não vai recuar. O ninho tucano está balançando, mas o senador acha que não será a verdade que o fará ir ao chão. Infelizmente, para o PSDB, muitos outros ventos o ameaçam. Mas, até aqui, fica pelo menos um exemplo a ser imitado: a autocrítica faz bem.

veja on-line | 23/08/17 | BRASIL

Entrevista / João Doria

"Não vou dizer que não"

MIRANDO O FUTURO Doria: admirador de Macron, na França, e de Macri, na Argentina. Seu prefeito-modelo é Bloomberg

João Doria afirma não querer brigar com Alckmin por uma vaga na disputa eleitoral de 2018, mas admite assumir a candidatura se essa for a decisão do partido

Ana Clara Costa

O prefeito de São Paulo, João Doria, declara que não deixará o PSDB e não disputará prévias para a candidatura presidencial contra seu padrinho político, o governador Geraldo Alckmin. Mas também diz que não se fará de rogado se o partido o escolher para concorrerão Palácio do Planalto. Em relação à definição do mês de dezembro como prazo para a escolha do candidato tucano à Presidência, um pleito de Alckmin que, sabidamente, desfavoreceu o prefeito, Doria esquiva-se de tomar posição. E bom para o PSDB ter um candidato escolhido já no inicio do próximo ano", diz. Em entrevista a VEJA, o prefeito afirmou que suas incessantes viagens país afora decorrem de sua função de vice-presidente da Frente Nacional de Prefeitos — e não de sua condição de virtual candidato. Sobre inspirações na política, disse mirar os presidentes Emmanuel Macron, na França, e Maurido Macri, na Argentina, "agentes transformadores" com "ideias novas, sentimento patriótico, força e determinação para cumprir seus objetivos". A seguir, os principais trechos da entrevista.

O senhor vai deixar o PSDB?

Sou filiado ao PSDB desde 2001 e seguirei no PSDB. Minha filiação não teve nenhum objetivo eleitoral. Em 2001 eu era um empresário, e só em 2016 disputei prévias. Por esse histórico, não vejo razão para sair. Houve convites do PMDB e do DEM, e de outros partidos também. Prefiro não mencionar quais. Mas isso só me honra. Ninguém convida alguém para o seu partido se não encontra valor e conteúdo nessa pessoa.

Por que todos creem que o senhor quer ser candidato à Presidência em 2018?

No fim do primeiro mês de governo, começaram a surgir esses rumores. Logo na sequência, as pesquisas iniciais que foram feitas pelo Datafolha, Ibope e instituto Paraná já incluíam meu nome. Não tenho controle sobre os institutos de pesquisa nem sobre o que fazem com meu nome. Nós não temos estrutura de campanha, não compro pesquisa, não faço nenhum esforço adicional para me colocar. Então, considero que isso seja pela inovação na nossa gestão. Há uma ânsia na opinião pública por transformação.

O senhor tem ambição de ser presidente?

Qualquer pessoa se sentiria honrada com essa perspectiva. Não vou dizer que não me sentiria também. Mas não transformo isso numa meta nem em obsessão. Entendo que temos um longo tempo pela frente e que aqueles que hoje ocupam função no Executivo, como

é o meu caso, precisam cuidar do Executivo. O que mais pode me promover, endossar e referendar é uma boa gestão na prefeitura. Sem isso, não haverá pesquisa nem público nem ninguém que possa sequer considerar essa possibilidade. Não existe nenhuma ilegitimidade nisso. Mas tudo a seu tempo.

Se o governador Geraldo Alckmin for atingido de forma definitiva pela Lava-Jato, o senhor vai se colocar como candidato?

Não tenho curso de leitura de mãos. Não posso fazer uma análise sobre essa condição. O que sei hoje é que Geraldo é um homem decente, honesto. Sobre uma eventualidade que possa ocorrer, fruto de Lava-Jato e de investigações, prefiro não fazer previsões.

O senhor considera a realização das prévias do PSDB em dezembro uma boa ideia?

Entendo que o PSDB deva ter já no início do próximo ano a sua candidatura definida. Será uma campanha dura. E, sendo nacional, vai exigir viagens, entendimentos, e nada substitui a presença física do candidato. Mesmo no mundo da internet e das redes. Então, é bom para o PSDB que já no começo do próximo ano o candidato esteja escolhido e possa iniciar a campanha.

O senhor disputará prévias com o governador Alckmin?

Não disputarei prévias com Geraldo Alckmin. Não há a mais remota hipótese de isso acontecer. Que fique bem claro e selado esse compromisso. Seguiremos juntos, cada um dentro do seu campo. O governador tem toda a legitimidade para continuar fazendo a boa gestão que faz à frente do governo e conduzir sua pré-candidatura à Presidência.

Quais presidentes no exterior fazem uma gestão parecida com a que o senhor acha necessária para o Brasil?

Emmanuel Macron, na França, e Mauricio Macri, na Argentina. São dois exemplos de agentes transformadores na política, com ideias novas, sentimento patriótico, força e determinação para cumprir seus objetivos. Ambos vieram do setor privado, assim como Trump. Mas, sobre Trump, não tenho a mesma impressão nem a mesma avaliação, embora o respeite. Afinal, ele foi eleito nos Estados Unidos. No plano municipalista, a minha referencia é Michael Bloomberg. Mantenho uma boa relação com cie que vem de antes de eu ser eleito prefeito de São Paulo, e hoje a própria prefeitura mantém acordos com a Fundação Bloomberg.

Por que o senhor está viajando tanto?

Sou vice-presidente da Frente Nacional de Prefeitos. Nós representamos a totalidade dos municípios brasileiros e temos de fazer defesas adequadas para os fundamentos das cidades. O convite (de ser vice da entidade) foi feito em fevereiro quando nem sequer haviam saído pesquisas em que meu nome pudesse ter sido colocado.

O senhor é apontado como intolerante à crítica. O senhor sabe ouvir?

Ouço o suficiente para compreender. Longos debates e conversas tangenciais que não sejam focadas e produtivas não vão me ter como interlocutor atento. Comigo tem de ser objetivo. Coloque com clareza o que precisa, o campo de atuação, a forma de agir, o prazo e as metas a ser cumpridas.

O senhor participou de movimentos anticorrupção, mas deu apoio a um governo que é alvo de denúncias graves. Não é contraditório?

Eu pertenço ao PSDB, sou filiado, e o partido apoia esse governo e tem quatro ministros nele. Não posso fazer oposição a um governo em que temos quatro ministros. Mas defendo investigações. Nunca defendi o fim de nenhuma investigação. Nem mesmo daquelas que atingem integrantes do PSDB.

Por que o senhor subiu o tom dos ataques a Lula?

Em relação à sua manifesta intenção de voltar a fazer dano ao nosso país, só com veemência e contundência reproduzimos antagonismo a essa vontade. Porque o Lula é intenso. Ele não é suave. Não que eu queira ser essa pessoa, mas, se a opinião pública não tiver capacidade de responder, Lula crescerá perante o eleitorado e, tendo condições de disputar como candidato, poderá vencer.

veja on-line | 23/08/17 | BRASIL

As tábuas de Crivella

DADIVOSO Crivella e Garotinho: 300 000 reais para rádio do aliado evangélico

Sim, ele é o prefeito de todos os cariocas. Mas até agora tem obedecido, com ações, palavras e obras, a ditames que revelam uma ligação indisfarçável com os evangélicos

Thiago Prado

Na campanha, o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRO), bispo licenciado da Igreja Universal e sobrinho do líder da agremiação religiosa, Edir Macedo, garantiu que, se eleito, faria rigorosa separação entre igreja e governo. Qualquer prefeito pode ter a fé que quiser, mas, seja qual for, ela precisa ficar na porta da prefeitura. No caso de Crivella, as coisas estão se misturando. Ele vem seguindo uma tábua de mandamentos sob medida para agradar ao rebanho evangélico, sobretudo aquelas ovelhas que estão com um pé dentro da política. A seguir, o decálogo do bispo-prefeito.

I. NOMEARÁS IRMÃOS

Crivella pôs em diversos postos municipais pessoas ligadas à igreja ou à Rede Record, a TV do tio Macedo. Em compromissos públicos, sempre tem ao lado o pastor Marcos Luciano, que o acompanhou no passado em missões na África e agora responde como assessor especial. Um segundo assessor é ex-executivo da Record. A Secretaria de Conservação está nas mãos de Rubens Teixeira, pastor da Assembleia de Deus que faz oração em eventos públicos e prega contra o uso de piercings e tatuagens. Pelo menos três superintendências acomodam evangélicos aliados de outras denominações. Um bispo da Universal comanda o Procon carioca, órgão vinculado ao gabinete do prefeito. Não há nada de ilegal nisso, mas é inadequado tornar a fé religiosa um critério para o preenchimento de cargos públicos. Só há, talvez, uma irregularidade: na chefia da Casa Civil, Crivella instalou o filho Marcelinho, mas o cheiro de nepotismo levou o caso ao Supremo Tribunal Federal, onde aguarda decisão, prevista para este mês. Enquanto isso, o herdeiro age como se secretário fosse e prepara a candidatura a deputado federal em 201S, pelo PRB do pai.

II. SEPARARÁS O JOIO DO TRIGO

A prefeitura realiza um censo religioso na Guarda Municipal por meio de um formulário com três

perguntas: 1) A pessoa tem religião?; 2) Qual (católica, evangélica, espírita ou outra)?; e 3) É praticante? A participação é opcional. E, sim, a comandante da Guarda e autora da ideia, Tatiana Mendes, é evangélica. Ninguém entendeu por que é preciso apurar a religião de cada guarda municipal.

III. REDUZIRÁS FESTAS PAGÃS

Em nome da austeridade, o prefeito cortou a verba dos desfiles de escolas de samba do Carnaval 2018. Pode ser só austeridade mesmo, mas Crivella tem alergia a folguedos momescos, a maior atração turística do Rio. Negou-se a participar da tradicional entrega das chaves da cidade ao Rei Momo, em fevereiro, e foi o primeiro prefeito desde 1984, ano da abertura do Sambódromo, a não pisar no palco da folia.

IV. APOIARÁS ARTE EVANGÉLICA

A Cidade das Artes foi cedida, de graça, a um festival de cinema evangélico marcado para novembro. A título de comparação: por um fim de semana de festa rave, neste mês, foram cobrados 25 000 reais.

V. PROTEGERÁS OUVIDOS DA FÉ

A prefeitura desapropriou um clube de bailes funk na favela da Rocinha com o argumento de que ali construiria casas populares. O clube fica ao lado de um templo da Universal, e os fiéis reclamavam do barulho.

VI. IRRIGARÁS A MÍDIA PASTORA

O aliado (evangélico) Anthony Garotinho obteve cerca de 300 000 reais mensais em publicidade institucional para a Rádio Tupi, na qual tem um programa diário. A Rede Record, que o antecessor Eduardo Paes tirara da lista de publicidade por se julgar prejudicado na cobertura jornalística, voltou a ser agraciada com verbas, que a prefeitura está a um passo de aumentar.

VII. VIAJARÁS EM PREGAÇÃO

Em viagem a Moscou, em maio, Crivella deu um jeitinho de visitar um templo da Universal. Um mês depois, participou em Brasília da homenagem prestada pelo Congresso aos quarenta anos de sua igreja. Diante do plenário lotado, tomou o microfone e soltou a voz em Perfume Universal, música de sua autoria que virou hino da igreja.

VIII. INFLARÁS O PARTIDO DA FÉ

Nos primeiros dias de gestão, Crivella quis mudar a logomarca da prefeitura para introduzir na palavra Rio um sutil número 10, do PRB, partido controlado pela Universal. O projeto foi parar na Justiça e acabou barrado.

IX. MINIMIZARÁS DIFERENÇAS

Crivella nomeou o presbiteriano Nelio Giorgini para a coordenador ia das políticas relativas à diversidade sexual. A pasta teve cargos e orçamento cortados. A prefeitura também vetou patrocínio à Parada Gay.

X. HOMENAGEARÁS LÍDERES

Uma rua do Centro foi batizada com o nome de David Miranda, líder da igreja Deus E Amor. O autor do projeto foi o vereador e bispo João Mendes de Jesus. De onde? Do PRB, claro.

Consultada por VEJA, a assessoria do prefeito rebateu um a um os dez mandamentos da gestão de Crivella, alegando a herança maldita de um cofre vazio, o currículo impecável dos funcionários evangélicos e a preservação da vida privada. Ninguém exige que um prefeito administre contra a sua religião — seja cia evangélica, católica ou umbandista —, mas a confusão fere o caráter laico do Estado brasileiro. Enquanto governa com esse descuido, Crivella patina na impopularidade. Segundo pesquisa inédita do instituto GPP, ele conta com só 18% de bom e ótimo, menos da metade do que detinha Paes no mesmo período e do que exibe João Doria, prefeito de São Paulo.

veja on-line | 23/08/17 | ECONOMIA

No fundo do buraco

O ajuste, com aumento do déficit e arrocho no funcionalismo, é a prova de que o Estado está gordo demais - e só reformas vão tirar as contas públicas do atoleiro

Bianca Alvarenga

FARTURA Deputados desfrutam mordomias impensáveis para a população: a renda mensal supera 83 000 reais

A metáfora do Estado como um chefe de família que durante anos bancou todas as despesas da casa mas agora está sem dinheiro ajuda a ilustrar a situação do Brasil atual. O caixa da União ainda não entrou em colapso, mas caminha perigosamente nessa direção: o Brasil não consegue mais pagar todas as contas penduradas nele, que, independentemente do que acontece com as receitas, só aumentam. Os benefícios da Previdência (no setor público e no privado), os salários e privilégios dos funcionários públicos, os gastos obrigatórios em áreas fundamentais como saúde e educação, os programas assistência is necessários para a população de baixa renda, os investimentos para fazer o país crescer, tudo isso somado vai além da capacidade do governo. É uma conta que está no vermelho desde 2014 e que, na melhor das hipóteses, só voltará ao azul em 2021. Ao longo desses sete anos o país vai gastar 818 bilhões de reais a mais do que tudo que terá obtido em impostos. Anunciada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a revisão na meta do governo para as suas contas neste ano e em 2018, que subiu para um déficit fenomenal de 159 bilhões de reais, é sintoma de um mal mais profundo: o Estado brasileiro está à beira da falência — e, a continuar assim, levará junto o resto da economia. Isso porque, para pagar tantas contas, salários e benefícios, o governo apela quase sempre à saída cômoda do aumento de impostos sobre o resto dos brasileiros, as empresas e as famílias. A arrecadação de tributos equivale hoje a quase 40% do F1B, um nível próximo ao praticado em países ricos, mas a qualidade do serviço é compatível com a de uma economia em desenvolvimento.

O Brasil construiu um Estado paternalista que trata seus filhos de forma absolutamente desigual. Com a população em geral, é sovina. Os hospitais federais, por exemplo, reduziram recentemente os atendimentos em razão da queda de repasses do Sistema Único de Saúde (SUS). A situação de penúria de um lado contrasta com os privilégios concedidos a uma parcela dos 2,2 milhões de funcionários públicos que vivem à custa da União, em especial os que estão no Legislativo e no Judiciário. Cada um dos 513 deputados federais ganha um salário de 33763 reais por mês. Com as verbas de auxílio-moradia e transporte, entre outras, o valor sobe para 83 628 reais. Suas excelências podem gastar ainda outros 97 000 reais para contratar até 25 assessores. Luxo ainda maior se encontra em setores do Judiciário. Mesmo com o teto constitucional, juízes e desembargadores podem receber mais de 100 000 reais por

PENÚRIA Hospital federal em São Paulo: a redução de repasses do governo afetou o atendimento à população

mês. Basta olhar as folhas salariais nos sites dos tribunais estaduais. Em Mato Grosso, descobriu-se um juiz de comarca que ganhou meio milhão de reais em julho — e ele achou normal porque substituiu uma colega de outra instância e, diante da indignação geral, mandou um recado objetivo: "Não estou nem aí". A falta de bom-senso atinge o Ministério Público, instituição que tem contribuído de forma importante para o país. Procuradores da República, que ganham salário entre 29 000 e 33 700 reais, querem se autoconceder reajuste de 16% em meio à maior crise fiscal da história recente do país. Não são casos isolados. O Brasil mantém quase 100 000 cargos comissionados e de confiança, que dispensam concurso. No imaginário popular, incluindo aí o que pensam alguns governantes, congressistas, magistrados e procuradores, o bolso do governo é ilimitado — pode tudo. O resultado é uma distribuição absurda de benesses e uma sucessão de brechas para a corrupção.

O que aconteceria se a Petrobras tivesse sido privatizada quinze anos atrás? Haveria Lava-Jato? Se o governo fosse menor, haveria esse leilão político de cargos e verbas? E preciso encarar de vez a discussão sobre os infinitos órgãos que compõem a malha do poder público e os privilégios concedidos a uma parcela ínfima da população. Neste ano, por exemplo, o país vai abrir mão de 2SÜ bilhões de reais com renuncias fiscais. A tentativa do governo de normalizar a cobrança de impostos de algumas empresas encontrou forte resistência do setor privado. "A indústria não quer

pagar mais impostos, não abre mão dos créditos fiscais nem dos financiamentos com subsídio" diz Marcos Lisboa, presidente do Insper. "É como se esses empresários entendessem que todo o sacrifício tem de ser dos outros." Nas aulas de história, fala-se que a diferença entre Brasil e Estados Unidos está no fato de que fomos colônia de expio ração, e os americanos, colônia de povoamento. Mas há outra grande explicação para a visão de Estado que se tem por aqui em contraste com a dos EUA. Lá, a sociedade veio primeiro. Depois, ela se organizou e foi, aos poucos, construindo um Estado. Benjamin Franklin, um dos "pais fundadores" ajudou a organizar as primeiras bibliotecas públicas, as polícias e o Corpo de Bombeiros. No Brasil, o Estado chegou primeiro, através da coroa portuguesa — e a sociedade veio depois. A situação do Estado paternalista se agravou ainda mais sob Getúlio Vargas e foi intensificada no período da ditadura militar, quando quase cinquenta estatais foram criadas. Para completar o quadro atual, a Constituição de 1988 instituiu muitos dos benefícios vigentes sem a correspondente receita.

Ao fechar no vermelho ano após ano, o governo fez a dívida pública crescer 50% em quatro anos, o que ampliou o risco de descontrole fiscal. Uma consequência foi o aumento das taxas de juros (o governo paga um retorno maior para atrair investidores), o que onera empresas

ACERTO DE CONTAS Meirelles: o déficit será maior neste ano e em 2018

e consumidores e impacta a própria divida. De 2012 até o fim deste ano, as despesas do governo terão subido 20%, enquanto a economia encolheu 1,7%. Para equilibrar o caixa minimamente será imprescindível mudar as regras da Previdência, a principal fonte de despesas do Estado. Os gastos com o pagamento de aposentadorias e benefícios dobraram desde 2009, de modo que consomem mais de 40% do Orçamento federal. É uma conta que já está no vermelho e vai se agravar com o envelhecimento da população. "O governo tem de mostrar á sociedade quais as consequências de manter as coisas como estão", diz Lisboa, do Insper. Ele faz alusão â situação de calamidade do Rio de Janeiro, onde os salários do funcionalismo e o pagamento de aposentadorias estão com atraso de meses por falta de recursos.

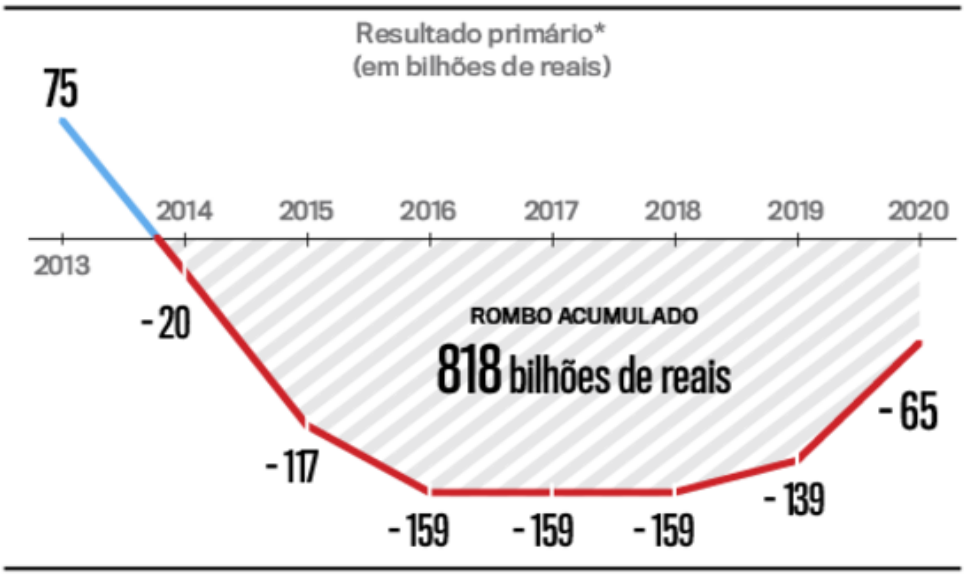
A experiência internacional mostra que é possível reduzir o tamanho do governo, apesar das resistências. Na Europa, que consagrou o Estado de bem-estar social, aquele que provê saúde e educação como serviços universais, o modelo passou por mudanças nos últimos anos por causa do forte desequilíbrio fiscal e da consequente crise econômica. Em Portugal, o governo cortou 30 000 cargos no funcionalismo público, aumentou a jornada dos servidores e reformou a Previdência, elevando a idade mínima de aposentadoria. Feriados nacionais foram anulados. Não é fácil cortar benefícios estabelecidos há décadas, mas essa é uma tendência que veio para ficar. O novo presidente da França, Emmanuel Macron, formalizou proposta para reduzir de 577 para 385 o número de deputados, e de 348 para 232 o de senadores. O objetivo é não só reduzir gastos, mas também racionalizar e agilizara discussão de projetos.

No Brasil, o governo propôs medidas para enfrentar o problema, como a reforma trabalhista, já aprovada, e a da Previdência, ainda em discussão. Mas também fez escolhas que vão na contramão desse pensamento. Uma delas foi ter autorizado um reajuste salarial para 29 000 servidores e 38 000 aposentados e pensionistas do setor público até 2019 — e agora deve arrochar o funcionalismo, adiando um aumento salarial e elevando a alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14%. Está na hora de trilhar um só caminho — e parece que, ao menos no discurso, este governo agora está disposto a fazê-lo.

Com reportagem de Giovanni Magliano

SETE ANOS NO VERMELHO

O governo vai gastar mais do que arrecada pelo menos até 2020



* Receitas menos despesas, sem o pagamento dos juros; projeção a partir de 2017

Fonte: *Ministério da Fazenda*

PAPAI BANCA TUDO

Os principais gastos do governo previstos para este ano

(em bilhões de reais)

TOTAL

1,29 trilhão de reais

O PAÍS DA MEIA-ENTRADA

Perda de receita por causa de renúncias fiscais em 2017*

(em bilhões de reais)

TOTAL

280 bilhões de reais

* Estimativa

Fonte: *Ministério do Planejamento*

Violência: A dor de uma marca trágica

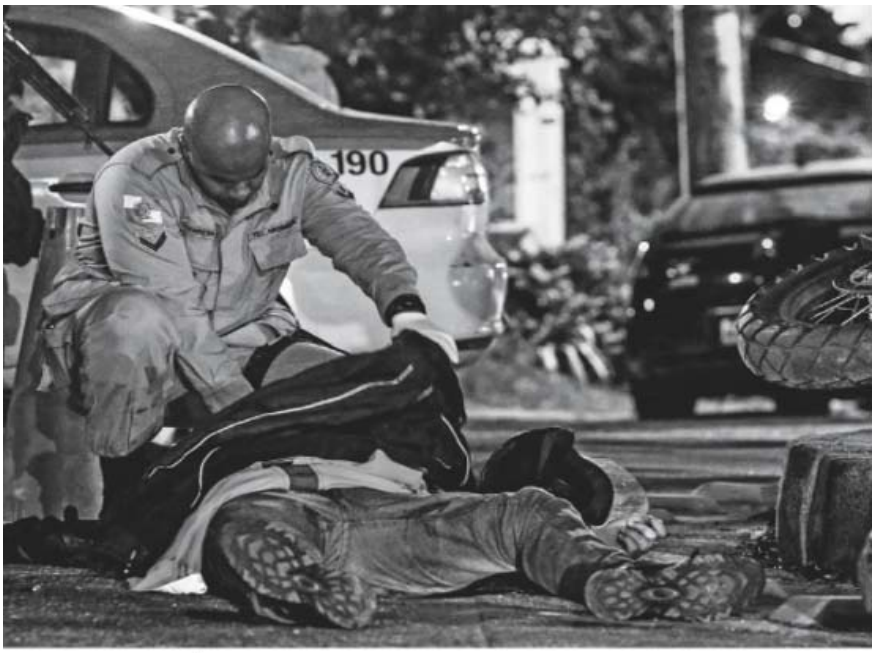
No clima de violência que sufoca o Rio de Janeiro, os PMs morrem fe matam também} em uma escalada que não encontra paralelo no Brasil nem no mundo, Ser policial no estado virou uma das profissões mais perigosas do planeta

Luisa Bustamante e Thiago Prado

O fascínio pelos números redondos alçou ao centro das atenções um drama que se desenrola sem muito destaque no tabuleiro da violência que engole o Rio de Janeiro. A marca de policiais militares mortos neste ano no estado está perto, muito perto de chegar a 100. Até o fechamento desta edição, eram precisamente 97—cada um identificado por nome e idade nas 97 fotos que estampam as duas páginas anteriores. Começa com André William de Oliveira, assassinado em 10 de janeiro, e vai até Vaine Luiz dos Santos, enterrado em 13 de agosto. Nesse mesmo período, como comparação, a tropa de São Paulo registrou 22 baixas. Nos Estados Unidos, no país todo, foram 80. Em Nova York, oito. A cada dois dias, um PM é abatido no Rio. A seguir a mesma e sinistra toada, o número de mortos da corporação subirá para 158 até o fim de 2017. Se essa assombrosa taxa de homicídios fosse aplicada ao conjunto da população brasileira, o país teria 720000 mortes violentas em um único ano — quase o dobro do total de ocorrências no mundo inteiro. Pai a esses soldados, a chance de ter a vida ceifada é doze vezes maior do que para qualquer outro cidadão. Não há dúvida: ser PM no Rio tornou-se uma das profissões mais perigosas e letais do planeta.

Desde 1994, durante o segundo governo Leonel Brizola (PDT), quando o estado criou um indicador para a matança, o dado anual sempre esteve acima da casa dos três dígitos, impulsionado por uma cultura de confronto profundamente entranhada na corporação. Segundo um estudo da própria PM fluminense, de 1994 para cá houve 3234 mortes de policiais. O Rio nunca sofreu atentados como o de Barcelona, que vitimou catorze pessoas na quinta-feira 17. Mas é inaceitável que, numa única semana, de D a 7 de janeiro, sete PMs tenham perdido a vida na cidade. Depois, de 5 a 11 de fevereiro, foram mais sete. Catorze em apenas duas semanas, estatística vergonhosamente igual à do abjeto ataque do Estado Islâmico na Catalunha.

Em 1994, como resultado da desastrosa acomodação promovida por Brizola com os chefões do crime, as quadrilhas, à vontade para agir, atiraram como nunca. Resultado: 227 PMs mortos, recorde histórico. Os governantes que se seguiram nunca recuaram no incentivo do uso da



MORTO NÚMERO 86 O corpo do soldado Cléber Xavier: alvejado durante a folga dois dias antes de completar 29 anos

força. Em 1995, Marcello Alencar (PSDB) criou um prêmio em dinheiro por "atos de bravura", que consistiam, basicamente, em eliminar bandidos, comando a fama da corporação que mais mata (vero quadro Ao irem à caça, os policiais também viraram presas.

A primeira iniciativa de fato para reverter o mata-mata foi o projeto de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), em 2008, na gestão Sérgio Cabral (PMDB). Ele trazia embutida a boa ideia de povoar as favelas com uma polícia jovem e treinada, imune aos velhos vícios e bem recebida pelos moradores. Em um primeiro momento, deu certo: o crime recuou e as mortes diminuíram, tanto de bandidos quanto de policiais. Mas o projeto ruiu, a bandidagem voltou, o cotidiano de confrontos reinstalou-se, a matança foi restabelecida e o Rio de Janeiro retrocedeu ao passado.

No rol dos PMs abatidos neste 2017, a maioria tinha entre 35 e 45 anos e patente de soldado, cabo ou sargento. Entre os 97 mortos, há duas mulheres, o que reflete a porção minoritária delas na tropa. Um quarto do grupo perdeu a vida em serviço. Os demais foram atingidos, em proporções quase iguais, por balas em confrontos, execuções e assaltos, uma praga que assola o Rio. Por portarem arma e carteira da corporação, os policiais são alvo fácil da bandidagem mesmo quando estão sem farda. "O PM que presencia um assalto em geral tenta intervir. Aquele que é alvo também acaba reagindo, pai a evitar ser identificado como policial, o que significa morte certa", explica o sociólogo Ignácio Cano. A recente escalada de PMs mortos levou à criação, pela Polícia Civil, de um núcleo específico de investigação de homicídio de policiais. "Conseguimos um índice de esclarecimento de casos de 47%", diz o delegado Rivaldo Barbosa, ela Divisão de Homicídios da capital. A taxa de resolução para o resto da população é de 20%.

Em países que respeitam os policiais, o bandido pensa duas vezes antes de atirar contra um, pois sabe que o crime atrai os holofotes e a revanche implacável da corporação. No Brasil, especialmente no Rio, joga-se na conta da violência generalizada — e ponto. A regra é a apatia no melhor dos casos, e a inação no pior deles, por parte de quem tem a caneta na mão. O soldado Cléber Xavier Júnior já ia para casa, depois de passar a noite em uma operação contra roubo de carga, uma epidemia no Rio. Subitamente, dois assaltantes cruzaram o seu caminho. Ele reagiu, matou um, foi ferido e socorrido, mas não resistiu. Xavier estava noivo e foi enterrado no dia em que completaria 29 anos. Comoção na cidade, tropa mobilizada, autoridades indignadas? Nada disso. Naquela mesma sexta-feira, 14 de junho, em que de se tomou o 86º PM morto no Rio, o governador Luiz Fernando Pezão anunciava um período de licença que o levaria a desfrutar um spa no interior do estado. Nenhuma palavra foi dita sobre a morte de Xavier. Nada.

A derrocada da segurança do Rio aprofunda em várias frentes a vulnerabilidade da tropa. Faltam planejamento, inteligência nas ações e recursos para as necessidades mais básicas em um estado paralisado pelo caixa vazio. Sem dinheiro, a PM parou de pagar bonificações que ampliavam sua presença nas ruas e deixou sucatear equipamentos essenciais como coletes á prova de balas e viaturas. A pindaíba financeira é tanta que jã houve até policial enterrado sem a tradicional salva de tiros. Falta munição. Os investimentos na área de inteligência, sem a qual não se previnem ataques nem confrontos, foram de pouco mais de 20000 reais (ou seja, quase nulos) em 2015, queda de mais de 45% em relação aos já parcos recursos do ano anterior. Enquanto isso, as quadrilhas organizaram-se e, principalmente, armaram-se. Estima-se que os bandidos tenham em seu poder mais fuzis, uma arma exclusiva das forças de segurança, do que a própria polícia. Ã vontade em seu território, na semana passada penduraram um fuzil na estátua de Michael Jackson no Morro Dona Marta, na Zona Sul carioca, lembrança da ida do cantor ao local, em 1996. A imagem de Michael Jackson armado soou como bandeira da vitória da bandidagem. A resposta? Resignação, espantosa resignação, a cada novo caso.

Eli Barbosa dos Santos, de 32 anos, entrou no rol de 2017 como o morto número 39. Em 19 de março, ele chegava à casa de sua cunhada, em uma favela de Japeri, na Baixada Fluminense, uma das 843 áreas dominadas pelo crime organizado, segundo a Secretaria de Segurança. Santos ia buscar a mulher e os dois filhos quando foi abordado por bandidos munidos de fuzis. Em plena

luz do dia, reconhecido pelos criminosos, cie acabou executado com cinco tiros, três na cabeça. Os assassinos foram identificados, mas estão foragidos. Naquele 19 de março, o presidente Michel Temer levava representantes de 27 países para um jantar na churrascaria Steak Bull, em Brasília. O assunto foi a Operação Carne Fraca. Sobre a morte de policiais, nenhuma palavra. Nada.

Milton Carlos de Oliveira, 55 anos, o morto número 79 da lista, reagiu a um assalto em um bar de Brás de Pina, na Zona Norte. Levou doze tiros na frente da mulher, enquanto o prefeito Marcelo Crivella fazia uma visita oficial à Holanda e apareceu nas redes sociais em foto ao lado de um neto, autor da legenda "Aprendendo sobre história com meu avô". Sobre a trágica história de Oliveira, nenhuma palavra. Nada.

Com o balanço quase arredondando em 100, o Palácio Guanabara começa enfim a discutir providências para reverter a matança de PMs e conter a violência. Uma das ideias é transferir os policiais que trabalham em UPPs, à mercê dos bandidos — o que poderia acabar por enfraquecer um projeto que, embora moribundo, foi o único a tirar bandidos das favelas. Em conversa com VEJA, o próprio governador Pezão admitiu a hipótese de redistribuir a tropa como uma das medidas que pretende implantar a partir da próxima quarta-feira para amenizar a crise na segurança. Seu vice, Francisco Dornelles, é mais incisivo: "A política de segurança está errada". Neste momento, milhares de soldados do Exército reforçam as operações de patrulha e de combate ao tráfico de armas no estado, até agora com resultados pífios. Dornelles recomenda: "A fiscalização para coibir a chegada das armas às mãos dos bandidos deveria acontecer nos portos, aeroportos e rodovias, além do acesso às favelas. Não chove fuzil no morro. Eles estão vindo de algum lugar".

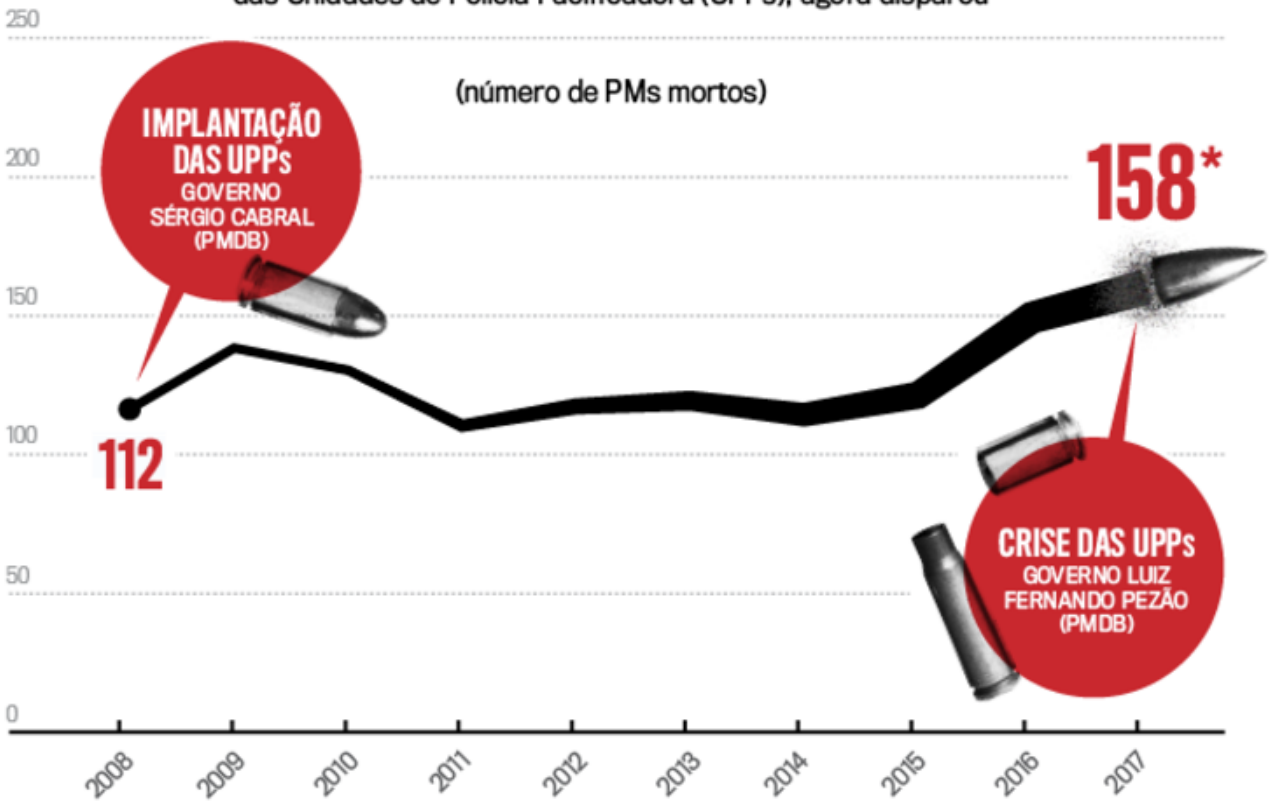
Paralelamente, os especialistas ressaltam a cada vez mais premente necessidade de reforçar o setor de inteligência — mas com 20 000 reais não dá nem para começar — e insistem na devolução às ruas de milhares de PMs lotados em gabinetes em funções burocráticas. Tomara que iniciativas eficientes sejam postas em prática já, antes que se crave na estatística de mortes de policiais o vergonhoso número 100. Se nada for feito, continuaremos a contabilizar tragédias e a assistir impotentes ao luto de tantas famílias, como as das páginas que se seguem.

Morrem, mas matam

A polícia do Rio de Janeiro cravou outro recorde indesejável neste ano: além de ser a que mais morre, é também a que mais mata no Brasil. O Instituto de Segurança Pública registrou, até junho, 581 mortes em situações que o jargão policial define como "autos de resistência" - quando um bandido é alvejado no confronto. São Paulo, o segundo estado da lista, teve 459 dessas ocorrências. A liderança da polícia fluminense nessa contabilidade tem uma de suas raízes fincadas no esfacelamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o programa-vitrine do governo Cabral que decaiu com a falência do caixa do estado. A ideia da UPP, de instalar bases permanentes dentro das favelas, era dar uma nova feição à polícia, trocando confronto e violência por inteligência e convívio com a população, Durante a experiência, houve, de fato, menos choque entre PMs e bandos armados e menos matança. Mas foi um breve período e logo o velho voltou a imperar, "A lógica da guerra prevalece há décadas", diz Ibis Silva Pereira, ex-comandante da corporação. Nos anos 1990, no governo Marcello Alencar, criou-se inclusive um sistema de bônus para "atos de bravura"".., ou morte de bandidos, o que só serviu para aumentar o rio de sangue. Não á à toa que a Iniciativa do então governador foi batizada de "gratificação faroeste". Os governos subsequentes continuaram a valorizara força bruta e se revelaram incapazes de aferir os excessos por parte de PMs, Em 2015, uma CPI concluiu que 99% dos casos de homicídios que envolviam policiais foram arquivados, Ou seja, além de matar muito, a Polícia Militar do Rio mata com completa impunidade. O resultado é isso aí: tragédia para todo lado.

BANGUE-BANGUE

O número de PMs mortos, que caíra discretamente com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), agora disparou



Fonte: *Secretaria de Estado de Segurança do Rio* *Projeção até o fim do ano

Violência:
Viúvas e órfãos da matança cotidiana

Por trás do número alarmante de policiais mortos no Rio, estão famílias esfaceladas pela perda súbita e indignadas com tanto sangue derramado

Cássio bruno

"PAPAI", NUNCA
A viúva Lucília com Téo, enrolado no colete do PM Lance: o bebê nasceu depois da morte do pai

Sair da frieza das estatísticas sobre a morte de policiais militares no Rio de Janeiro para o drama das famílias enlutadas é mergulhar em um poço de tristeza e desesperança, agitado de vez em quando por um vento de indignação — os três sentimentos que predominam no cotidiano das mães e pais, mulheres e maridos, irmãs e irmãos, filhas e filhos dos policiais que morrem em decorrência da violência dos bandidos. Uma estatística é a mais dolorosa: há 71 órfãos dessa tragédia carioca de 2017. Quando o pequeno Téo, um bebê forte e sorridente de 4 meses, crescer um pouco, a perda será ainda mais lancinante. Ele jamais conhecerá o pai. Téo nasceu exatos 46 dias depois de o cabo Thiago de Oliveira Lance, de 31 anos, ter sido executado por dois criminosos na porta de sua casa, em Cordovil, na Zona Norte do Rio, em uma tentativa de assalto. "Ele estava tão feliz com o filho que ia chegar... Sempre que saía de casa, beijava minha barriga. Nunca pensei que teria de criar o Téo sozinha", lamenta Lucília, viúva aos 29 anos.

Desde aquele triste 23 de fevereiro, véspera do Carnaval, Lucília incorporou à sua rotina um novo gesto: todo domingo, depois da missa, vai ao cemitério de Sulacap, na Zona Oeste, depositar flores no túmulo do marido. "É uma forma de continuar conversando com ele", diz. Acabou ficando amiga de outra viúva, Bianca, que mora a quase 20 quilômetros de distância e a quem provavelmente jamais conheceria em outras circunstâncias.

A aproximação ocorreu por uma necessidade inesperada. O marido de Bianca, o sargento Márcio Leandro Marins, foi carbonizado dentro do carro nove dias antes de o cabo Lance morrer. Dada a proximidade das datas de morte, os dois policiais dividem no cemitério uma placa de mármore de identificação, a de número 2631, e são vizinhos de cova. Uma ala que ocupa cerca de um terço da área total do cemitério, à direita do portão de entrada, está reservada a efetivos da PM. Lucília quis pôr uma foto do marido na placa de identificação e foi informada de que, para isso, teria de pedir autorização à mulher do sargento Marins, enterrado ao lado. Procurou Bianca para discutir o assunto e selaram a amizade diante da dor. "Sofremos juntas", diz Lucília. Bianca gostou da ideia da foto, e as duas combinaram dividir o pagamento dos 1000 reais que o cemitério cobra pela nova placa. Pequenos gestos como estes, o

compartilhamento das letras coladas lado a lado e a escolha dos retratos, amenizam as agulhadas do tempo. Lucília vai seguindo adiante como pode. Diz da: "Ainda estou sem chão para planejar meu futuro. Enfrento um dia de cada vez". Sua sogra, Lana, arrasada pela morte do filho, considera que nem tem mais futuro: "Eu me enterrei com ele, naquele dia de fevereiro. Vivo no sofrimento".

Os registros da Secretaria de Segurança mostram que, durante o ano passado, a Polícia Militar do Rio concedeu 1398 licenças psiquiátricas a PMs, a maioria por stress e depressão. Nenhuma repartição pública, porém, oferece apoio à família dos mortos. E isso faz muita falta. "Além de perderem uma pessoa querida de forma inesperada, os parentes desses policiais sofrem o trauma das mortes violentas, algumas com traços de crueldade", explica Valéria Tinoco, doutora em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. "Junto com a tristeza, eles sentem medo e vulnerabilidade." Os sintomas vão desde remoer constantemente na memória as cenas do crime até episódios de ansiedade, insônia e dificuldade de concentração. O suporte psicológico à família, principalmente os filhos, é fundamental. "Primeiro temos de cuidar da superação do trauma. Em seguida, tratamos do luto", diz a psicóloga.

O que fazer? "Agora, é criar as meninas e tentar viver", resigna-se Nataline, de 36 anos. Ela tem três filhas, de 5, 15 e 17 anos. O marido, o soldado Fabiano de Brito, morreu aos 35 anos fulminado por tiros perto da casa do casal, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Brito saiu para o trabalho às 5h30, fardado, e, ao entrar no carro, foi abordado por dois assaltantes de moto. Em minutos estava crivado de balas. O roteiro é recorrente: os policiais e sua família vivem ali ao lado de onde o crime impera.

Formado em 2014 por viúvas de PMs, o Movimento Esposas e Familiares: Somos Todos Sangue Azul está pedindo ao Ministério Público a garantia de atendimento psicológico aos parentes dos mortos, especialmente as crianças e os adolescentes. "Hoje, as famílias e os próprios policiais estão sozinhos. Não há estrutura. O Rio de Janeiro sangra", reclama Rogéria Quaresma, uma das fundadoras do movimento. A indignação de Rogéria toca em um ponto que aprofunda ainda mais a cicatriz: a sensação de que o sacrifício da vida de um PM não leva a reação alguma, não recebe o devido reconhecimento da população nem das autoridades — nos Estados Unidos, por exemplo, a morte de um policial é chorada em comunidade. "Meu marido saiu de casa para proteger o cidadão de bem e não voltou. O governo precisa querer mudar essa situação", diz a viúva Cláudia, de 34 anos, sobre a morte do soldado Luis Otávio da Silva Júnior, de 32 anos, em abril. Silva Júnior morreu em pleno cumprimento da função e em local onde a segurança deveria ser inviolável. Foi atingido por um tiro de fuzil na base da PM em que dava plantão, em Nova Iguaçu. Pior: esperava por isso.

Segundo Cláudia, o policial, pai de uma menina de 4 anos do primeiro casamento, sempre reclamava das más condições de trabalho. O conserto de viaturas quebradas dependia da contribuição de comerciantes das cercanias. Os coletes à prova de bala, além de vencidos, eram insuficientes e usados em sistema de rodízio na base. Na madrugada em que levou o tiro fatal, Silva Júnior foi trabalhar sabendo que o local estava para ser atacado por traficantes — seria o quarto confronto em quinze dias. "Antes de dormir, liguei e perguntei qual era a situação. Ele disse que aguardava o ataque a qualquer momento", lembra Cláudia. Na investida de dez bandidos fortemente armados, o PM foi alvejado por um tiro de fuzil na perna direita. Passou nove horas na mesa de cirurgia, teve a perna amputada e acabou morrendo de infecção generalizada.

Ao longo de 2017, o governo fluminense, em tamanho estado de penúria que não paga contas e atrasa o salário de todos os servidores, inclusive policiais, já gastou 4,9 milhões de reais em pensões a parentes de PMs mortos e 194 000 reais em enterros — dinheiro cujo destino bem que poderia ser a prevenção da violência que dilacera famílias. A do sargento Artur Ribeiro Moura, de 47 anos, PM veterano que entrou na corporação em 2000, rompeu-se em janeiro, quando ele levou um tiro em um assalto na saída de um banco na movimentada Avenida Nossa Senhora de Copacabana, na Zona Sul carioca. Moura estava de folga e comemorava o recente ingresso do

filho de 16 anos no ensino médio do prestigiado Colégio Pedro II. O adolescente, abalado, não teve coragem de ir ao enterro. "Os policiais hoje em dia têm três inimigos: os bandidos; o governo em crise, que não oferece condições de trabalho; e a sociedade, que não valoriza seu trabalho", desabafa a viúva, Wania, de 53 anos, vestida com uma camiseta com a foto de Moura e a frase "O eterno herói de milhões de corações órfãos" associada a uma data, 27/1/2017. São sete meses de uma contagem perversa, que não para de aumentar. São 97 homens e mulheres que, enfileirados num macabro mural, viraram estatística de um tempo cruel. Um olhar mais cuidadoso, mais próximo, demonstra que, por trás da frieza dos números, daqueles rostos valentes, há histórias de vida e luto que o Brasil precisa conhecer.

veja on-line | 23/08/17

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO

Era do escárnio

CONSEGUIU! O governo Temer é pior que o governo Dilma. E tão incompetente quanto na gestão, mais pronto à rendição diante dos abutres do Congresso e mais deslavado e cínico no abraço amigo à corrupção. Na semana passada a equipe econômica, coitada, deu o pontapé inicial a mais uma dessas novelas de que se conhecem o desenrolar e o desfecho, ao apresentar seu enésimo plano de ajuste fiscal. O script do primeiro capítulo, já em curso, prevê que as principais lideranças no Congresso anunciem quão difícil será aprovar o pacote. Seguem-se meses em que se encolhe uma medida aqui, substitui-se outra ali, aleija-se uma terceira acolá. No fim, aprova-se um texto esburacado como se sobrevivente de uma batalha e a um custo, em prendas aos parlamentares, que devora boa parte da pretendida economia.

Na boa feição mafiosa, o governo Temer é amigo dos amigos. Na última terça-feira João Salame Neto foi nomeado diretor do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde. O paraense Salame, ex-prefeito de Marabá, jã carimbado com uma citação na delação da Odebrecht, foi indicado pela bancada do PP, o inefável PP, que se fez merecedor do mimo ao apoiar Temer na votação sobre a denúncia de corrupção. E inútil procurar as credenciais do novo diretor para cuidar da saúde dos brasileiros. Mas será muito útil — atenção, repórteres — acompanhar sua atuação à frente do órgão. O país anseia por desvendar o que tanto quer o PP com o Departamento de Atenção Básica. Desconfia-se que proporcionar um salto de qualidade à saúde do nosso povo não é.

Os Estados Unidos também assistem a uma proeza. O governo Trump consegue ser mais nocivo do que o de George W. Bush, que jogou o país nos atoleiros do Afeganistão e do Iraque. Trump é pior não pelo que faz — mesmo porque, do desmanche do Obamacare à proibição dos muçulmanos no país, não tem conseguido fazer nada —, mas pelo que fala. Um seu antecessor de mais de 100 anos atrás, Theodore Roosevelt, cunhou a expressão bully pulpit (púlpito esmagador) para qualificar o terrível poder da Presidência como plataforma para divulgar ideias e defender causas. Pelo moderno púlpito do Twitter ou pelo púlpito propriamente dito da sala de imprensa da Casa Branca, Trump consagrou-se como difusor das ideias mais desconexas e defensor das causas mais sombrias, e chegou ao auge, nos últimos dias, ao recusar-se a condenar os neonazistas que, com tochas nas mãos, como os aliados da Ku Klux Klan, desfilaram pelas ruas de Charlottesville, Virgínia, gritando contra os judeus e alardeando a superioridade da raca branca.

A indignação contra Trump, de parlamentares do próprio Partido Republicano a empresários que debandaram de conselhos governamentais, tem base num imperativo moral inegociável. Nazismo e Ku Klux Klan não podem merecer condescendência de quem está de posse do bully pulpit. No Brasil, imperativos morais não costumam ter o mesmo peso. Por isso mesmo, por nadarmos no charco da frouxidão das consciências e dos votos comprados, um imperativo moral foi ferido quando se impediu a investigação sobre um presidente cujo homem de confiança foi flagrado com uma mala de dinheiro. As consequências do voto na Câmara se fazem sentir agora. Se pode um presidente assim, tudo pode; o escárnio e o escracho estão no ar. Os deputados avançam na proposta de um bilionário fundo para as campanhas eleitorais enquanto um juiz de Mato Grosso, ao admitir ter recebido 503 000 reais de salário em julho, reage às críticas dizendo: "Não estou nem aí".

Ao escárnio e ao escracho soma-se a desmoralização do governo. Deitada no chão da cozinha, com os ouvidos tapados para não ouvir os tiros, uma menina de 10 anos gravou mensagem de voz à mãe, que havia saído: "Mãe, não aguento mais morar aqui em Manguinhos. Todo dia essa guerra, todo dia gente morrendo". O flagrante foi registrado pelo repórter Rafael Soares, do jornal O Globo. Manguinhos é vizinho do Jacarezinho, o bairro do Rio de Janeiro em que, ao voltarem do trabalho, as pessoas aguardam horas antes de ganhar sua casa, tal o tiroteio. Poucas semanas atrás o ministro da Defesa, Raul Jungmann, desencadeou a operação que iria "golpear" o tráfico. A resposta do tráfico era na semana passada a metralhadora pendurada na estátua de Michael Jackson no Morro Dona Marta.